

PROCESSO Nº	D23/16
FOLHA Nº	055
	B
	Rubrica

**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
CNPJ: 23.697.857/0001-08**

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo Nº 023/2016

MODALIDADE: **Pregão Presencial**

TIPO: **Menor Preço Por Item.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação dos Serviços de Impressão Gráfica e Publicidade Visual, destinados a atender a demanda da Câmara Municipal de Vereadores deste Município.

Senhora Pregoeira,

Em cumprimento a Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, vieram a esta Assessoria Jurídica os autos do processo licitatório em destaque para fins de análise e aprovação da minuta do seu Edital e anexos.

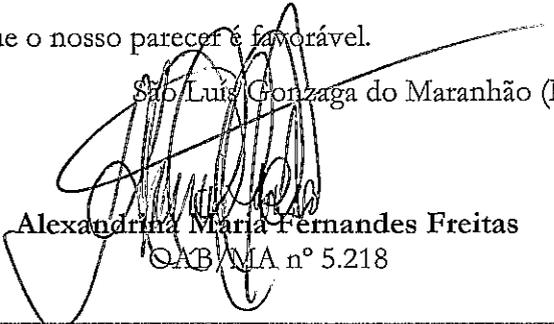
A Lei de Licitações em seu art. 38, parágrafo único, determina que as minutas de editais de licitação devem ser previamente analisadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Administração Municipal, com a finalidade de auferir a conformidade do futuro Edital e seus anexos, com as exigências previstas na Lei de Licitações. O objetivo da análise é verificar e constatar se a modalidade, o tipo de licitação e os itens constantes na Minuta de Edital estão em acordo com as exigências previstas no Art. 40 da Lei que rege a matéria. Senão vejamos:

"Art. 38 -.....

"Parágrafo único - As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

Após análise da referida Minuta de Edital, encaminhada a essa Assessoria Jurídica, foi constatada que a mesma está respaldada com as Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, e suas demais alterações posteriores. Assim sendo e em conformidade com o Art. 38 - parágrafo único da Lei 8.666/93, é que o nosso parecer é favorável.

São Luís Gonzaga do Maranhão (MA), 13 de Maio de 2016.


Alexandrina Maria Fernandes Freitas
OAB/MA nº 5.218